



RESPOSTA AO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

Credenciamento nº 001/2026

Processo nº 001/2026

Inexigibilidade nº 001/2026

Objeto: CREDENCIAMENTO DE LABORATÓRIOS DE ANÁLISES CLÍNICAS PARA REALIZAÇÃO DE EXAMES LABORATORIAIS CONFORME A TABELA SUS (SIGTAP), PARA ATENDIMENTO DAS UNIDADES DE SAÚDE DA REDE MUNICIPAL

O Município de Presidente Olegário/MG, em atenção ao Pedido de Esclarecimentos apresentado pela empresa **Viva Mais Clínica de Saúde Ltda.**, vem prestar os esclarecimentos abaixo, com fundamento no Edital nº 001/2026, na Lei nº 14.133/2021 e nos princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade e formalismo moderado.

Considerando que os questionamentos presentes no item 1 foram esclarecidos, por intermédio da Agente de Contratação e Equipe de Apoio. Segue esclarecimentos a respeito dos questionamentos apresentados a partir do item 2.

O Acórdão 3144/2011-TCU-Plenário visa garantir que a licitante vencedora, que demonstrou capacidade técnica, financeira e jurídica, execute de fato as parcelas fundamentais do objeto contratado. Nesse entendimento, o TCU considera ilícita a subcontratação de serviços essenciais ou em volume superior a 20%, pois tal prática dilui os critérios de qualificação exigidos.

Diante do exposto, seguem esclarecimentos que visam garantir a transparência e segurança jurídica.

2.1. Critério de cálculo do percentual

O cálculo para apuração do limite de 20% previsto no item 5.1, será baseado na quantidade de exames/procedimentos realizados.

2.2. Definição objetiva de “serviços principais” e “serviços complementares”:



O rigor no controle das três etapas (pré-analítica, analítica e pós-analítica) é essencial para a qualidade laboratorial, visto que falhas, em qualquer das etapas, comprometem todo o processo. No entanto, como a fase pré-analítica é passível de execução por pessoal treinado (sem necessidade de conhecimento técnico específico), o Município focará como serviços principais as fases analítica e pós-analítica.

Serão considerados serviços complementares, portanto, distintos do serviço principal objeto desta licitação, aqueles exames que se caracterizam pela baixa demanda ou alta especialização. Tais procedimentos, passíveis de subcontratação limitada a 20%, deverão estar expressamente listados no documento específico exigido “Lista de exames terceirizados”, garantindo a transparência e a prévia aprovação da Contratante.

2.3. Definição objetiva de “serviços principais” e “serviços complementares”:

Repetido, vide item 2.2

2.4. Compatibilização com os requisitos técnicos do edital:

O estudo de mercado demonstra que a terceirização de exames de baixa demanda (a exemplo de análises específicas de imunologia e dosagens hormonais) é uma prática consolidada e usual no setor laboratorial. O principal objetivo dessa prática é a otimização de recursos, permitindo a redução do custo operacional e a viabilização de preços mais competitivos e justos para a administração pública, sem comprometer a qualidade do serviço principal.

Nesse contexto, a possibilidade de subcontratação limitada a 20% do escopo total, conforme previsto no item 5.1 do Termo de Referência, é fundamental. Essa flexibilidade percentual permite que os laboratórios credenciados mantenham o equilíbrio econômico-financeiro da execução contratual, garantindo a viabilidade da prestação do serviço em larga escala.

É importante ressaltar que a previsão de apresentação da documentação detalhada (item 4.5 – qualificação técnica) não conflita com as limitações de subcontratação; pelo contrário, ela atua como um mecanismo de transparência e controle. O objetivo é permitir que a equipe técnica do Município realize a avaliação prévia dos laboratórios subcontratados, assegurando que estes atendam aos mesmos padrões de qualidade técnica



exigidos do contratado principal, em estrita conformidade com as diretrizes do Acórdão TCU nº 3144/2011.

Dessa forma, os itens do edital se complementam: a limitação de 20% garante que o objeto principal não seja desvirtuado, enquanto a documentação exigida garante a qualidade das parcelas complementares subcontratadas.

2.5. Modelo operacional admitido:

Não. O Edital não admite o credenciamento de uma "unidade de coleta" pura e simples que funcione apenas como intermediária, repassando a totalidade ou a maioria dos exames para um "laboratório parceiro".

A unidade credenciada deve ter capacidade técnica própria para realizar o objeto principal. A subcontratação (ou "parceria", no sentido comercial) é permitida apenas para atividades acessórias ou exames de baixíssima demanda, limitados a 20% do total e que não foram usados para a comprovação da capacidade técnica principal na habilitação.

2.6. Autorização prévia por escrito (item 5.1 – termo de referência):

A habilitação do interessado no processo de credenciamento implica a autorização tácita por parte do Município para a execução dos serviços exatamente no modelo apresentado na documentação (especificando exames próprios *versus* exames subcontratados). Esse modelo deve estar em conformidade com o limite de 20% e as exigências de qualificação técnica previstas no item 4.5 do edital.

Contudo, se durante a execução do contrato, o credenciado necessite realizar alterações no modelo de execução originalmente apresentado - seja aumentando o volume ou modificando a lista de exames a serem subcontratados - será obrigatório um requerimento formal de autorização junto ao setor de fiscalização e à Secretaria Municipal de Saúde.

A autorização para tais modificações seguirá o rito administrativo padrão, e os prazos de resposta e análise serão aqueles previstos na Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021) e subsidiariamente no próprio edital, garantindo a formalidade e a legalidade do aditivo ou da alteração.



A restrição à subcontratação irrestrita (item 5.1 e 5.2 do Termo de Referência) encontra respaldo legal no Acórdão TCU nº 3144/2011 e é um requisito válido do edital. Seguindo as diretrizes da Nova Lei de Licitações (Lei nº 14.133/2021), que enfatiza o planejamento por meio de documentos como o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Documento de Formalização da Demanda (DFD) e o Mapa de Risco, identificamos a necessidade de detalhar melhor esses pontos. Um detalhamento aprimorado garantirá maior transparência e a melhor aderência possível entre o contrato firmado e as necessidades reais dos serviços de saúde e dos pacientes do Município de Presidente Olegário.

Em pesquisa de mercado, foram identificados mais de um serviço com potencial para credenciamento. Além disso, existe a expectativa de que outros prestadores de serviço se adéquem e adaptem suas estruturas e processos para atender aos requisitos do edital e participarem do certame.

2.7. Parcela “mais complexa ou de maior valor” (item 5.2):

Respondido nos tópicos 2.1, 2.2 e 2.3

3.1. Regime de escala “a ser determinada”, critérios objetivos

O critério fundamental para a distribuição dos serviços, conforme estabelecido no item 6.8 do edital, é a isonomia e a distribuição igualitária da demanda entre todos os laboratórios credenciados.

Será implementado o sistema de rodízio puro (ou sequencial). A cada nova autorização de serviço ou solicitação de exame emitida pela Secretaria Municipal de Saúde (SMS), haverá o direcionamento da demanda para o próximo prestador na ordem da escala.

A escala será baseada na ordem em que os laboratórios foram formalmente credenciados, garantindo um fluxo contínuo e equilibrado de pacientes para todos os contratados.

A transparência e a impessoalidade serão garantidas através da publicidade e da capacidade de auditoria. O controle da distribuição será feito de forma transparente. Os credenciados terão acesso a relatórios de autorização (volume de pacientes/exames



direcionados) e faturamento, permitindo a fiscalização ativa e a verificação de que o critério igualitário está sendo rigorosamente seguido.

A necessidade de exames de referência (subcontratados) não altera a regra de distribuição da escala. O laboratório que estiver "na vez" pelo rodízio será o responsável integral pelo atendimento daquele paciente e pela gestão da subcontratação (respeitando o limite de 20% e os prazos contratuais).

Para garantir a padronização e o conhecimento prévio, a SMS estabelecerá uma escala de revezamento de seis meses para atendimento a demanda hospitalar, permitindo o planejamento de ambas as partes.

1. PRAZO PARA ENTREGA DOS EXAMES

A exigência de que os serviços a serem credenciados possuam certificação de qualidade tem como objetivo primordial assegurar a excelência do processo e a fidedignidade dos resultados entregues. Um requisito fundamental para a obtenção dessas certificações é a rastreabilidade integral da amostra, que exige o registro de cada etapa do processo laboratorial.

A implementação desse sistema de registro, incluindo o horário exato de chegada da amostra ao laboratório do prestador, impede que eventuais atrasos gerados em fases anteriores (intra-hospitalares, de responsabilidade do contratante) sejam imputados indevidamente ao credenciado.

Os prazos estabelecidos para entrega de resultados no hospital visam garantir a agilidade e a segurança do atendimento ao paciente. É responsabilidade mútua, do contratante (Município/Hospital) e do contratado (laboratório), alinhar e otimizar seus fluxos de trabalho e processos internos para o cumprimento das metas de tempo de resposta definidas em contrato. O edital, em sua totalidade, garante o devido processo legal, o contraditório e a ampla defesa em qualquer fase de fiscalização ou aplicação de sanções.